

Protocolo 7- 22.161/2024

De: Camila L. - SMA - DLA

Para: Representante: ARQUIPOLIS ARQUITETURA E PLANEJAMENTO

Data: 06/03/2024 às 16:52:26

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SMA - DEFA, SMA - ADM - PROT, SPU - CGO - VC, SMA - DLA

SPU - Consulta de Viabilidade – Para fins de Construção e Regularização

Boa tarde,

Segue Parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

—
Camila Sardi de Lima

Analista Ambiental - Matrícula 32081

Anexos:

22161_24_Leandro_Jose_Souza_Faqueti_viab.pdf

CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 22161/2024

Requerente: LEANDRO JOSÉ SOUZA FAQUETI

CPF/CNPJ: 073.065.999-25

Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção

Endereço do imóvel: AVENIDA ATLÂNTICA E AVENIDA BEIRA-RIO Nº 6006 E RUA HUMBERTO LONGO (MORRO DA AGUADA)

DIC: 37920/68071

Zoneamento: ZACC I A - Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade (Av. Atlântica)

ZEE II - Zona de Ocupação Vocacionada de Restrita e Baixa Densidade (art. 181 da Lei Municipal 2794/2008)

ZAN III - Zona de Ambiente Natural de Preservação Permanente



Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)

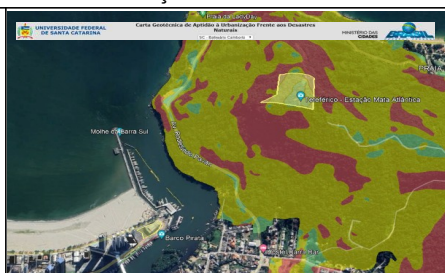


Imagem 02 - Carta Geotécnica (UFSC)

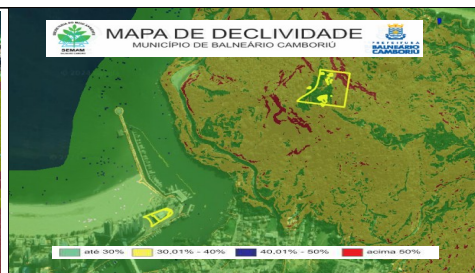


Imagem 03 - Mapa de declividade



Imagem 04 - Foto do local (Google Earth, 05/2023)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

• Verificou-se a existência de edificação em terreno com vegetação arbórea;

• **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**

• Deve-se respeitar as restrições impostas pela Lei nº 4107/2018 que "Dispõe sobre as Normas de Arborização Urbana no âmbito do Município de Balneário Camboriú e dá outras providências.";

• Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta as Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais desenvolvido pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (Disponível em: http://mapgeo.cfh.ufsc.br/balneario_camboriu/) - Imagem 02;

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em **Zona de Baixa Aptidão à Urbanização**, passível de: Deslizamentos naturais e induzidos nas encostas, Alta suscetibilidade a inundação - com tempo de retorno inferior a 5 anos, Solopamento nas margens dos canais durante eventos pluviométricos intensos (temporais de verão). Desta maneira, recomenda-se a não aprovação de lotes para ocupação permanente nestas áreas.

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em **Zona de Média Aptidão à Urbanização**, passível de: possibilidade de ocorrência de deslizamentos naturais e/ou induzidos. Desta maneira, recomenda-se a aprovação de projeto condicionada à apresentação de projeto de estabilidade de taludes de edificação projetada, apoiado em sondagens de simples reconhecimento de subsolo, ensaios de cisalhamento direto e em análises de estabilidade, sempre que houver a previsão de cortes ou aterros com altura superior a 1,5 metros;

• Deve-se respeitar a área de **Preservação Permanente** referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-III, determinado pelo Art. 147 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer qualquer forma de ocupação para fins de habitação, atividades econômicas ou públicas que produzam impactos ao meio ambiente;

• Deve-se respeitar as restrições impostas pelos art. 30 e 31 da Lei nº 11428/06 - Lei da Mata Atlântica; e as Instruções Normativas 24 e 57 do Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC para a supressão de vegetação;

• Na existência de tubulação de drenagem, respeitar Art. 2º do Decreto 10.752/2022;

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

• Existência de densa vegetação arbórea em área de domínio Mata Atlântica no interior do terreno.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

• Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;

• Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;

☞ No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).

CONSULTA DE VIABILIDADE

- Projeto de arborização urbana de acordo com o art. 13 e parágrafos da Lei 4107/2018 aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária;
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Anexo VI da Resolução CONSEMA n. 098/2017, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Caso houver necessidade da demolição de obra existente, apresentar autorização da Secretaria de Planejamento Urbano juntamente com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil referente a esta demolição;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 6 de março de 2024.

Assinado por 2 pessoas: CAMILA SARDI DE LIMA e LUIS HENRIQUE GEWEHR CARDOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/4816-F69B-0125-D06B> e informe o código 4816-F69B-0125-D06B



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4816-F69B-0125-D06B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA SARDI DE LIMA (CPF 050.XXX.XXX-58) em 06/03/2024 16:53:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUIS HENRIQUE GEWEHR CARDOSO (CPF 988.XXX.XXX-87) em 06/03/2024 17:02:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/4816-F69B-0125-D06B>